

7 MAR 1986

GDF adapta orçamento à nova unidade monetária

Financistas, empresários, dirigentes de empresas e todo secretariado do Governo do Distrito Federal, estiveram, ontem, no auditório do Buriti, por mais de duas horas, discutindo o estabelecimento de um conjunto no sentido de adaptar o orçamento do GDF à adoção do cruzado como nova unidade do sistema monetário nacional. Na ocasião, o secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins, explicou que o orçamento inicial vai ficar 45% dos Cr\$ 6,4 trilhões, ou seja, aproximadamente Cz\$ 3,2 bilhões.

Na reunião foram examinados os aspectos práticos da aplicação do Decreto-Lei nº 2.283, de 23 de fevereiro, na administração orçamentária e financeira do Complexo Administrativo do DF. O chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida, representando o governador José Aparecido, disse "ser esta uma introdução para manifestar as preocupações do Governador e equipe, como o processo de execução orçamentária". Martins, esclareceu que se um órgão ou secretaria necessitar de suplementação só em razão de um projeto novo.

O primeiro passo para a aplicação dessas medidas será a conversão de cruzeiros em cruzados: no orçamento inicial; no sintético e importação, como também na programação financeira; nas cotas

trimestrais de despesas; nos créditos adicionais; nos empenhos, pagamento, despesas de exercícios anteriores; no superávit financeiro e nos salários. Na explicação do secretário de finanças o orçamento será ajustado ao seu valor em 28 de fevereiro: — o que ocorria, disse Martins, é que o orçamento inicial aprovado por lei correspondia ao valor em cruzeiros em janeiro e com a hipotética inflação em 160% que seria a inflação média do ano de 1986. Nós vamos deflacionar esse orçamento reduzindo proporcionalmente a inflação prevista para o período compensada também pela inflação prevista nos meses de janeiro e fevereiro.

O secretário Marco Aurélio Martins acredita que deve sobrar dinheiro, pois a receita vai ter um incremento real maior. E explica: "Porque o documento mais importante para a dona-de-casa é a nota fiscal. Só mediante a nota fiscal se poderá comprovar se houve ou não acréscimo de preço. Ora, na medida em que todos nós exigimos nota, não haverá mais sonegação. A receita aumentará em função disso e o Governo terá recursos para suplementar verbas das secretarias para novos projetos."

Outro ponto que o governo atacou foi o corte nas despesas de contratação de pessoal: Sabemos que isso será difícil arrumar, pois foi uma decisão política, esclareceu o

secretário de Finanças Marco Aurélio Martins. — Já que o Governo vai criar novas secretarias e projetos como o que ele anunciou ontem, como o de Defesa ao Consumidor, será necessária a contratação de pessoal. — Martins garantiu que não haverá mais descontrolado nos gastos do Governo. — Quando o Governo contratava o empresário embutia no preço oferecido uma expectativa de inflação, expectativa que não vai mais existir — e fez um último esclarecimento: Nós determinamos que todas as licitações em curso para que aquelas em que o contrato não foi formalizado e o empenho não foi emitido, todas essas licitações estão canceladas.

Hoje, às 8h30 no auditório da Secretaria de Finanças terá lugar uma reunião complementar. Em pauta, a elaboração de um manual esclarecedor, em razão da complexidade da matéria. Quem encerrou a reunião de ontem, foi o governador José Aparecido enfatizando que "estamos na vanguarda da atualização dos nossos orçamentos, como também estamos na frente do sistema bancário, uma vez que o BRB já tem o balanço trimestral corrigido. E mais: por causa dessa ação de vanguarda, os técnicos do GDF já foram convidados a prestar esclarecimentos a prefeituras do interior de Minas e de Goiás".